

NIA

NÚCLEO
DE INVESTIGAÇÃO
ARQUEOLÓGICA

ERA
ARQUEOLOGIA

12

APONTAMENTOS

de Arqueologia e Património

DEZ 2017

ISSN: 2183-0924

***A*PONTAMENTOS**

de Arqueologia e Património

12

DEZEMBRO

2017

Título: **Apontamentos de Arqueologia e Património**

Propriedade: **Era-Arqueologia S.A.**

Editor: **ERA Arqueologia / Núcleo de Investigação
Arqueológica – NIA**

Local de Edição: **Lisboa**

Data de Edição: **Dezembro de 2017**

Volume: **12**

Capa: Realização de prospecção geofísica
(Foto: António Valera)

Director: **António Carlos Valera**

ISSN: 2183-0924

Contactos e envio de originais:

antoniovalera@era-arqueologia.pt

Revista digital.

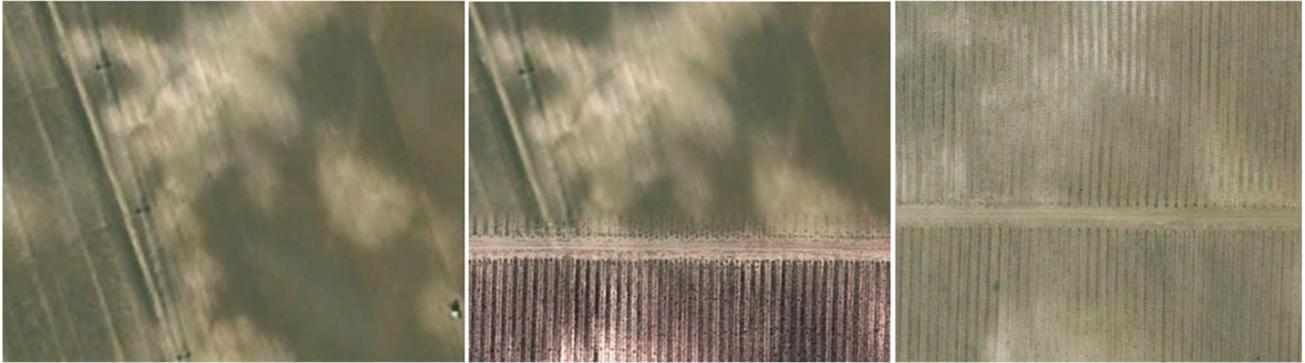
Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

O uso do acordo ortográfico está ao critério de cada autor.



ÍNDICE

EDITORIAL	07	Alexandre Sarrazola e Ever Calvo LARGO DA ARTILHARIA Nº 1 E 2, LISBOA: INTERVENÇÃO NO ESPAÇO DA APPI (ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DA PRIMEIRA INFÂNCIA)	45
Tiago do Pereiro e António Carlos Valera GEOFÍSICA DE DOIS GRANDES MONUMENTOS MEGALÍTICOS INÉDITOS NO BAIXO ALENTEJO	09	Inês Simão, Catarina Furtado, Marina Lourenço, Lucy S. Evangelista UM OLHAR SOBRE A EVOLUÇÃO DO EXTINTO TRIBUNAL DA BOA HORA	49
António Carlos Valera, Marco Fernandes e Patrícia Simão OS HIPOGEUS DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE DA QUINTA DA ABÓBADA (BEJA)	15	Alexandre Sarrazola ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO: <i>IURIS URBE INORDINATIONEM</i>	59
Nelson Cabaço A FAUNA DEPOSITADA SOB O “CAIRN 1” DOS PERDIGÕES (REGUENGOS DE MONSARAZ)	23	António Carlos Valera DUAS DÉCADAS DE INVESTIGAÇÃO NOS PERDIGÕES: RESENHA DA BIBLIOGRAFIA PRODUZIDA	69
Ana Catarina Basílio e Tiago do Pereiro PEDAÇOS DE UM PASSADO COMUM: OCUPAÇÕES DO 4º E 3º MILÉNIOS AC NA ZONA DO RIO SECO / BOA HORA (AJUDA, LISBOA)	37		



“Filme” de uma destruição

EDITORIAL

Já no editorial de 2013 da AAP se alertava para a situação, que então começava a verificar-se, de sistemática afectação dos recintos de fossos, vítimas da “Revolução Agrícola” que tem vindo a acontecer nos últimos anos no interior alentejano.

Alqueva, uma “porra” que demorou a construir e que se revela fundamental para a economia do Alentejo (como a recente seca extrema bem demonstrou), está a ser um projecto de grande dinamização da economia agrícola alentejana, que tem inegáveis contributos para situação das finanças gerais do país e desenvolvimento social da região. O problema é que também é um projecto que tem conduzido a inequívocos custos ambientais e patrimoniais, portanto também sociais e culturais, aos quais os agentes económicos e as entidades administrativas e políticas se estão a revelar pouco sensíveis.

Nos últimos tempos, são várias as notícias de afectações ou destruições de sítios arqueológicos de diferentes naturezas e cronologias às mãos de projectos de reconversão agrícola para culturas intensivas de regadio, várias das quais implicam lavras profundas. Entre a ignorância, o diliberado “desconhecimento” e a ineficácia e impotência administrativa, o rejuvenescimento agrícola do Alentejo está a ser feito à custa de uma sistemática obliteração da memória histórica inscrita nas paisagens e nos notáveis sítios arqueológicos da região. Trata-se de uma dinâmica nos antípodas da noção de Desenvolvimento Sustentável. Pura e simplesmente não se aprende. Nem entre os agentes económicos, nem entre quem supostamente os regula.

Talvez a melhor caricatura da actual situação seja a actuação do ministro que tutela o sector da cultura (onde está integrado o Património Arqueológico e a respectiva actividade profissional): um ausente. O que está a acontecer com o património arqueológico alentejano não tem advogado na mesa do Conselho de Ministros. No terreno, seria tentado, talvez preversamente (ou não), a dizer que os processos administrativos estão deliberadamente montados de forma a desencontrar quem projecta, quem aprova e quem tem informação patrimonial. Os grandes projectos de reconversão agrícola passam pelo Ministério da Agricultura, mas não pelos Municípios ou tutela do património, onde a informação patrimonial se encontra. E se a denúncia da desfuncionalidade já ocorreu por várias vezes, não se tem visto interesse em resolver a situação. Procedimento de branqueamento da sistemática destruição, a que se junta o silêncio e indiferença da Academia, sempre distante do que se passa fora do seu *Campus*, e de uma grande maioria de profissionais do sector.

Importante património arqueológico está a ser afectado a um ritmo alucinante no Alentejo, nomeadamente onde chega a água de Alqueva. E gera-se uma grande ironia: um empreendimento que, com méritos e deméritos, tem contribuído decisivamente para uma Revolução Empírica sobre o conhecimento do nosso passado colectivo mais distante, acaba por alimentar involuntariamente, com água, uma das maiores ondas de destruição patrimonial naquele território.

António Carlos Valera

UM OLHAR SOBRE A EVOLUÇÃO DO EXTINTO TRIBUNAL DA BOA HORA

Inês Simão¹
Catarina Furtado¹
Marina Lourenço¹
Lucy Shaw Evangelista¹

Resumo:

O edifício onde se instalou o extinto Tribunal da Boa Hora situa-se no actual Largo da Boa-Hora, na Baixa de Lisboa. A sua localização, numa área de elevada riqueza patrimonial e reconhecido potencial arqueológico, implicou que as obras decorrentes do seu projecto de reabilitação incluíssem um conjunto de trabalhos arqueológicos. Estes trabalhos permitiram recolher um conjunto diverso de dados arqueológicos que possibilitam um olhar sobre a evolução desta área edificada, tanto ao nível da sua construção e evolução arquitectónica, como dos seus antecedentes, contribuindo para um melhor entendimento da evolução da baixa lisboeta.

Abstract:

Approaching the evolution of the extint Boa Hora court.

The building where the Boa Hora court functioned is located in the Boa-Hora square, downtown Lisbon. It is in an area of significant heritage and archaeological interest, implicating the inclusion of archaeological work in the rehabilitation project. In this work, a diversified assemblage of archaeological data about the evolution of the building was collected, regarding its construction and architecture and precedent structures, contributing to a better understand of the development of the historical center of the city of Lisbon.

1. Equadramento e contextualização histórica

O antigo Tribunal da Boa Hora situa-se na esquina da Calçada de S. Francisco com a Rua Nova do Almada, prolongando-se até ao Largo da Boa-Hora, na Baixa de Lisboa. Esta localização, numa área de elevada riqueza patrimonial e reconhecido potencial arqueológico, implicou que as obras decorrentes da execução do seu projecto de adaptação parcial, para construção de uma nova Escola Básica e Jardim de Infância, incluíssem um conjunto de trabalhos arqueológicos.

Assim, os trabalhos agora realizados, a cargo da Era Arqueologia S.A., consistiram numa abordagem arqueológica integrada que contemplou diversas vertentes, entre as quais: um conjunto de sondagens de diagnóstico arqueológico, que nos permitiu compreender o real potencial arqueológico do sítio; um conjunto de sondagens parietais, nas áreas onde o projecto previa afectações do edificado, para registo da evolução construtiva do edificado; e o posterior acompanhamento arqueológico dos trabalhos de implementação do projecto (Simão, Furtado, Lourenço, 2016).

O edifício onde se instalou o extinto Tribunal da Boa-Hora, ocupando um amplo quarteirão da Rua Nova do Almada, na actual freguesia lisboeta de Santa Maria Maior, tem as suas raízes no antigo Convento da Boa Hora, construído no século XVII.

¹ Era – Arqueologia, S.A.

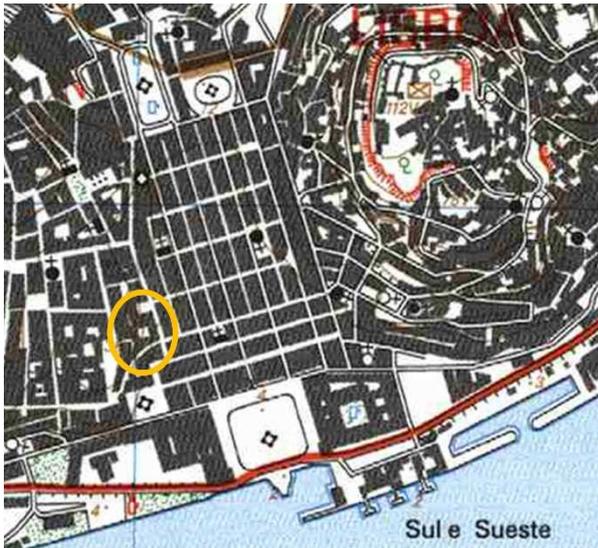


Figura 1 – Localização do antigo Tribunal da Boa Hora na Carta Militar de Portugal, 1:25 000, Folha 431 e fragmento da Planta de Lisboa com a área do Convento da Boa Hora e sua igreja antes (a vermelho) e depois do terramoto de 1755 (a negro), (Vieira da Silva, 1987).

Figura 2 – Localização da área edificada após 1755 no Planta Topográfica de Lisboa de 1780 e no Levantamento de Lisboa de Filipe Folque, 1856-1859. Na 1ª planta observa-se a localização da nova igreja junto ao Largo da Boa Hora (correspondendo na sua legenda ao nº61).

Este convento terá sido fundado em 1633, por D. Luís de Castro do Rio, Senhor de Barbacena, cujo palácio se instalava também neste quarteirão, ao ceder o antigo sítio conhecido por Pátio das Comédias ou Fangas da Farinha, num edifício contíguo ao seu palácio. Nesta fase inicial este espaço monástico foi ocupado por padres dominicanos irlandeses que aí terão construído uma igreja provisória, passando depois para os irmãos da Congregação de S. Filipe de Néri (Araújo, 1993: 32).

Em 1677 o espaço é finalmente cedido aos Eremitas Descalços de Santo Agostinho que o ocupam até ao terramoto de 1755. Será com a chegada dos padres agostinhos, no último quartel do século XVII, que se constrói uma nova igreja, ladeando a recentemente aberta Rua Nova do Almada. Este espaço religioso é dedicado à Nossa Senhora da Boa Hora, sob a protecção da Rainha D. Luísa de Gusmão e tendo como padroeiros os vizinhos Senhores de Barbacena (Santana, Sucena, 1994: 177-178).

O terramoto de 1755 terá danificado muito o edifício, obrigando à sua total reconstrução. Os relatos conhecidos dizem-nos que entre o elevado conjunto de conventos existentes na parte antiga da cidade, o da Boa-Hora foi um dos que ficaram reduzidos a cinzas, tendo-se perdido inclusive a sua excelente e antiga biblioteca (Mendonça, 1758: 127).

A reconstrução do convento traz-nos a fisionomia que hoje observamos, seguindo os princípios urbanísticos e arquitectónicos da nova baixa pombalina, com o seu grande claustro, em volta do qual várias dependências foram sendo construídas.

Nesta altura a igreja terá mudado de localização, para o actual Largo da Boa Hora, precisamente para a área de implementação do projecto da nova Escola da Baixa (Barbosa, 2014: 21).

Com a extinção das Ordens Religiosas em 1834, o convento veio a servir de quartel ao 1º Batalhão dos Bombeiros Voluntários do Comércio, assim como, de sede da Guarda Nacional de Lisboa, para, finalmente, ficar na dependência do Ministério da Justiça, transformando-se no Tribunal da Boa-Hora (Santana e Sucena, 1994: 177-178).

Já neste contexto, vão-se realizar, durante todo o século XX, importantes obras de adaptação à sua nova função, assim como de ampliação do edifício de origem pombalina, como exemplifica o acrescento de pisos no mesmo.

2. Contextos identificados

Tendo em conta a evolução histórica conhecida para esta área edificada, pode considerar-se que a traça geral de todo o quarteirão que englobava o Tribunal da Boa Hora é de origem pombalina, correspondendo à reconstrução pós-terramoto do muito afectado Convento da Boa Hora e antigo Palácio dos Condes de Barbacena.

As ocupações ocorridas após o abandono do seu uso como convento, durante os séculos XIX e XX, trouxeram alterações tanto ao nível da sua compartimentação interior, com o surgimento de um conjunto de novos compartimentos, (delimitados por paredes de tabique com tijolo industrial), como da própria área construída, tendo sido acrescentado nesta altura o edifício de três pisos que ocupa a zona Oeste deste quarteirão e onde se instalará a futura escola.

No piso 0, os trabalhos realizados permitiram genericamente verificar que este edifício se encontra construído sobre o substrato geológico local, apresentando um subsolo muito afectado por obras decorridas em período contemporâneo, fruto do seu uso como tribunal.

Neste piso não se identificaram vestígios associados a uma ocupação mais antiga desta área da cidade, surgindo sim, alguns contextos relacionados com a sua utilização como espaço conventual, destacando-se as realidades estruturais observadas na sala de entrada da futura escola, na zona

Oeste deste quarteirão, e os contextos funerários identificados sob um vão de escada de acesso ao piso 1.

Num dos compartimentos a Oeste deste edifício, na sala de acesso à nova escola, os trabalhos realizados permitiram identificar um conjunto de estruturas em alvenaria de argamassa, com elevado grau de preservação.

Formavam um compartimento subterrâneo, rectangular, medindo cerca de 6mx3,5m, dividido, a Oeste, em três pequenos nichos, delimitados por arcos de volta perfeita.



Figura 3 – Vistas gerais da área compartimentada identificada.



Figura 4 – Localização do conjunto osteológico identificado em fotografia aérea.

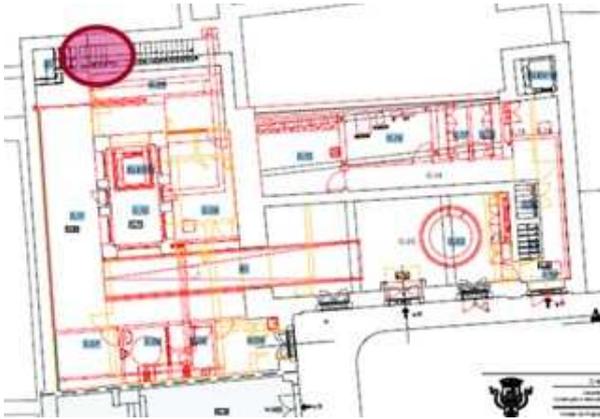


Figura 5 – Localização do conjunto osteológico identificado no projecto de obra da CML.

Esta área encontrava-se integralmente preenchida por níveis de aterro do século XX, verificando-se a presença de lixos diversos e abundante material de construção industrial.

O seu desaterro permitiu identificar, a cerca de 1,80m de profundidade, um nível de pavimentação constituído por alcatrão, encostado às suas paredes.

A presença deste tipo de material, conjugado com a presença de um reboco em cimento nos alçados interiores destas paredes, permitiu compreender que a mesma foi reutilizada durante o século XX, com provável função de armazenamento de água, tendo estes materiais sido utilizados como impermeabilizantes.

As suas paredes foram edificadas sobre um nível de aterro, com elementos característicos do século XVII/XVIII, sendo possível ponderar a construção da presente realidade num momento cronológico pós-terramoto, na 2ª metade do século XVIII, possivelmente associada à reconstrução do Convento da Boa Hora. De acordo com a cartografia antiga de Lisboa, será neste momento que o convento se expande para a zona do Largo da Boa Hora.

Contudo, com os dados disponíveis não foi possível compreender a sua função original.

Perante a identificação deste contexto arqueológico e tentando preservar ao máximo as estruturas identificadas, procedeu-se a algumas alterações do projecto em execução, subindo-se a cota do pavimento desta sala e prevendo-se a instalação de uma “janela” no novo pavimento, de forma a permitir observar o interior desta realidade.

Já num outro compartimento do mesmo piso 0, a abertura parcial de uma parede, permitiu observar o interior do vão de escada que permitia o acesso ao Piso 1, local onde se encontrava um amontoado de ossos humanos, depositados directamente no chão, sob a referida escadaria.

Claramente descontextualizados, correspondiam a uma deposição secundária, decorrida provavelmente durante uma das campanhas de obras do Tribunal, em meados do século XX.

As fortes alterações deste edificado, durante este período, vieram descaracterizar por completo a antiga igreja e o convento, espaços aos quais se deveria associar, também, uma área de necrópole.

As obras mais recentes, entre as quais se conta a construção de uma placa de betão a cerca de 1m de profundidade na zona das celas dos prisioneiros, (correspondendo à área de implantação da igreja pós 1755), trouxeram a provável identificação e afectação dos contextos funerários associados a este espaço religioso.

O que é inusitado é precisamente o “cuidado” que houve, nessa altura, em transportar este espólio osteológico e depositá-lo debaixo desta escadaria, selando-se posteriormente o seu vão.

Perante a sua identificação, compreendeu-se desde logo a necessidade de uma intervenção de cariz antropológico que permitiu remover os ossos deste local e recolher os dados ainda possíveis sobre os mesmos.



Figura 6 – Vista geral do espólio osteológico identificado e trabalhos de recolha do mesmo.

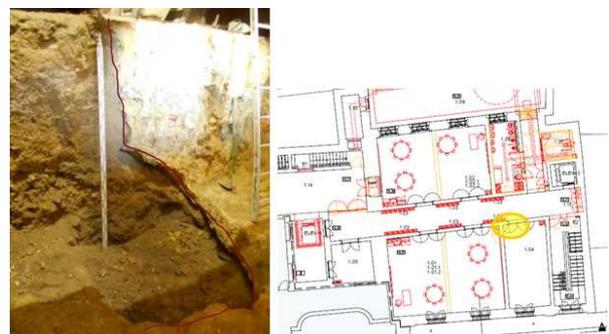


Figura 7 – Vista geral do silo identificado e sua localização no projecto de obra.

Os trabalhos de exumação permitiram observar um ossário de grande dimensão, que correspondia à grande maioria dos ossos aqui empilhados, directamente assentes sobre o piso de betão e aqui deixados sem qualquer cobertura.

Verificou-se depois que os mesmos foram colocados em redor e por cima de duas caixas em madeira, também com espólio osteológico no seu interior.

No piso 1 os trabalhos de acompanhamento realizados permitiram verificar que, a parte Norte do edifício, assentava sobre o substrato geológico local, enquanto a zona Sul assentava sobre um grande nível de aterro contemporâneo, provavelmente associado à construção desta ala Norte do edifício durante o século XIX ou suas remodelações no século XX.

Neste piso, os trabalhos de construção de uma nova área técnica, colocaram à vista uma estrutura negativa tipo silo, escavada na rocha, já parcialmente destruída pela construção desta ala do edifício. Apesar do elevado grau de afectação foi possível observar que apresentava um perfil “em saco”, com cerca de 2,5m de diâmetro máximo observável.

Uma primeira limpeza desta estrutura negativa, permitiu verificar que se encontrava preenchida, no nível colocado à vista, por um nível de entulho com materiais da 2ª metade do século XVII / 1ª metade do século XVIII.

Desde logo se compreendeu que a escavação desta realidade arqueológica, preservada debaixo das paredes do edifício em remodelação, trazia sérios problemas de segurança, não tendo, assim, sido possível realizar nenhuma intervenção sobre a mesma. Uma vez que não foi necessária nenhuma afectação desta estrutura negativa no âmbito do presente projecto, esta foi recoberta e preservada in situ.

Não foi assim possível realizar uma adequada caracterização desta realidade arqueológica, principalmente no que toca ao seu enquadramento cronológico. É possível afirmar que corresponde a uma estrutura negativa de construção prévia aos imóveis pombalinos, tendo sido afectada pela sua edificação, no entanto não é viável apontar-lhe uma data de execução, sendo possível, pela sua tipologia, ponderar um enquadramento genérico no período Medieval / Moderno.

No piso 2 os trabalhos de escavação arqueológica e acompanhamento incidiram genericamente sobre os dois logradouros do edifício, instalados na encosta que leva ao actual Chiado.

Neste piso importa destacar o logradouro Sul, onde foi possível identificar um conjunto de contextos arqueológicos preservados, constituídos por algumas estruturas e níveis de pavimento em calçada, que foram integralmente intervencionados na área de afectação prevista em projecto.

Correspondendo a um conjunto de realidades contemporâneas entre si, estes contextos vêm documentar o

urbanismo deste espaço durante o período Moderno, nomeadamente, com a presença de uma antiga artéria urbana e áreas edificadas.

Importa referir as habituais limitações na interpretação destas realidades, observadas parcialmente, fruto da área e cota de intervenção restritas ao projecto em curso.

Mesmo assim a estratigrafia observada e os dados da cartografia antiga de Lisboa, permitem ponderar uma associação destes contextos à antiga Rua dos Cabides, uma artéria urbana de Lisboa pré-terramoto, que permitia a ligação da zona alta do Convento de S. Francisco ao actual Largo da Boa Hora, e ao antigo Palácio do Visconde de Barbacena, localizado na área de implantação do actual Tribunal.



Figura 8 – Vistas gerais dos contextos identificados no logradouro Sul do Piso 2.

O espaço é marcado pela presença de uma calçada, junto à parede que limita a Oeste a área do logradouro, e que corresponde provavelmente à referida antiga artéria urbana, com cerca de 2m de largura e uma forte pendente para Norte.

O muro [706] surge paralelo à actual parede Oeste do logradouro, definindo-se como limite entre esta calçada e a área edificada a Este do mesmo. Corresponderia assim ao

antigo limite do Palácio dos Barbacenas, separando-o da Rua dos Cabides.

O actual limite deste logradouro deveria assim corresponder ao limite dos edifícios a Oeste do Palácio dos Barbacenas, tendo esta artéria urbana posteriormente sido fechada e integrada no espaço do actual edifício.

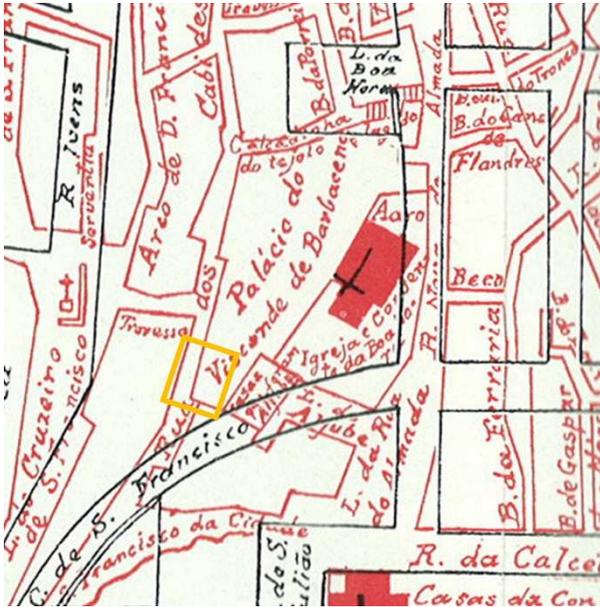


Figura 9 – Fragmento da Planta de Lisboa com localização da antiga Rua dos Cabides, o Palácio do Visconde de Barbacena e o Convento da Boa Hora na sua localização pré-terramoto, (Vieira da Silva, As muralhas da Ribeira de Lisboa, vol. 1, CML, 1987). A amarelo observa-se a área agora intervencionada.



Figura 10 – Vista geral das estruturas que se podem associar ao antigo Palácio dos Condes de Barbacena..

Ao nível da área edificada, a Este do mencionado muro [706], esta é constituída por dois muros, que, embora de contornos não totalmente compreendidos no âmbito destes trabalhos, demonstram uma alteração do espaço arquitectónico que hoje corresponde ao Tribunal da Boa Hora.

As áreas delimitadas por estes muros têm níveis de pavimento, também em calçada, de características similares ao arruamento já referido, podendo corresponder a antigas áreas exteriores ou de logradouro do Palácio dos Barbacenas.

Ao nível da estratigrafia observada verificou-se que estes contextos se encontravam cobertos por níveis de aterro do século XIX / XX, caracterizados pela presença de abundantes elementos construtivos industriais, vestígios da remodelação deste espaço em período contemporâneo.

Os depósitos sobre os quais foi construída a referida calçada, (intervencionados apenas numa pequena sondagem onde o piso já se encontrava destruído), continham alguns materiais arqueológicos, nomeadamente fragmentos de cerâmica comum e faiança, que permitem apontar-lhe uma cronologia da 2ª metade do século XVII / 1ª metade do século XVIII.

Conforme referido, estes contextos arqueológicos representam assim parte da evolução urbana desta área da cidade de Lisboa, podendo, com as devidas limitações, ser enquadrados cronologicamente num período pré-terramoto e destacando-se por um elevado grau de preservação.

Considerando a sua presença numa área exterior, onde o projecto de obra previa a implantação de uma área de pátio ajardinado, foi possível à equipa de projectistas algumas alterações de projecto, de forma a preservar in situ estas realidades patrimoniais.

Após os trabalhos de registo arqueológico estas estruturas foram cobertas com geotêxtil e areia, prossequindo depois os trabalhos associados à presente empreitada.

3. Antropologia biológica: resultados

Como mencionado, os trabalhos realizados no âmbito deste projecto puseram a descoberto um vasto conjunto de material osteológico descontextualizado, correspondendo a deposições secundárias ocorridas em meados do século XX, no âmbito de obras ocorridas no Tribunal da Boa Hora. A sua presença neste edifício deverá estar associada à utilização original do Convento da Boa Hora, durante os séculos XVII a XIX, como área de necrópole (Lourenço, *et al.*, no prelo).

O material, identificado após a demolição de uma parede lateral do vão da escadaria, estava disposto directamente sobre um chão de betão, na extremidade mais baixa deste vão, sendo claro o carácter contemporâneo da acção antrópica que armazenou os restos esqueléticos neste local.

Tendo em conta a descontextualização do material, os dados relativos à arquitectura funerária ficaram severamente condicionados, contudo, alguns elementos dos rituais funerários resistiram. De facto, o conjunto de ossos, incluía duas caixas de madeira com aproximadamente 50 cm de largura por 70 cm de comprimento. Foram denominadas por caixa 1 e caixa 2 e ambas estavam ocupadas na totalidade por peças ósseas. A caixa 1 apresentava uma divisória central e uma tampa e a 2 apenas um espaço amplo onde os ossos foram cuidadosamente arrumados, estando 4 crânios alinhados, paralelamente a um conjunto de ossos longos dos membros inferiores e perpendicularmente a estes um conjunto de ossos dos membros superiores.

O espólio arqueológico que acompanhava este conjunto é discreto, porém bastante interessante. Estava concentrado maioritariamente no compartimento Este da caixa 1 e é constituído por uma variedade de fragmentos de tecido de diferentes tipologias, que poderão enquadrar-se em mortaldas ou forros funerários, bem como em peças de vestuário, várias solas de sapato de fabrico artesanal, assim como pegas em ferro de caixão e alguns pregos.

Os fenómenos de origem tafonómica que caracterizam esta amostra são diversos, apesar de não ser conhecido o ambiente original de deposição. Alguns achados orgânicos como pequenas madeixas de cabelo, pilosidades e restos de massa encefálica mumificados, são possíveis indicadores de uma cronologia relativamente recente,

Foram identificados fenómenos de colonização de fauna e flora através da presença de várias teias de aracnídeos, impressões e crescimento de algumas raízes. As alterações cromáticas consequentes do contacto com metais também marcam presença, distinguindo-se sobretudo manchas verdes resultantes do contacto com o cobre/bronze, machas alaranjadas do contacto com o ferro e tonalidades acastanhadas da proximidade com os tecidos. As fracturas de origem post mortem encontradas resultaram provavelmente do desenterramento das ossadas para posterior arrumação em caixas de ossário ou redução. Determinadas peças foram consideravelmente atingidas por argamassa e betão.

O agente tafonómico que se destaca particularmente nesta amostra, quer pela sua extensão quer por estar relacionado com ambientes específicos, é a formação de cristais salinos na superfície dos ossos. Esta condição ocorre quando existe contacto entre superfícies impregnadas com sais que migram através da humidade para superfícies que as absorve.

No que concerne à análise paleodemográfica, foram analisados na totalidade aproximadamente 1606 peças completas ou fragmentos osteológicos. Em várias situações foi clara a compatibilidade entre ossos pertencentes ao lado direito e ao lado esquerdo de um mesmo indivíduo, assim como a relativa correspondência entre o número dos ossos bilaterais. A estatística geral aponta para um conjunto que constitui um ossário artificial composto por um número mínimo de 43 indivíduos, (contabilizado a partir da totalidade

de úmeros direitos dos indivíduos adultos). De acordo com os perfis biológicos traçados, verificam-se 39 adultos (90,70%) e 4 não adultos (9,30%). Estes dados reflectem que esta não corresponde a uma amostra natural, devido à grande percentagem de indivíduos adultos relativamente aos não adultos. Quanto à diagnose sexual, avaliada nos adultos, apuraram-se 11 indivíduos (28,21%) do sexo feminino, 17 (43,59%) do sexo masculino e 11 (28,21%) onde esta análise se mostrou indeterminada.

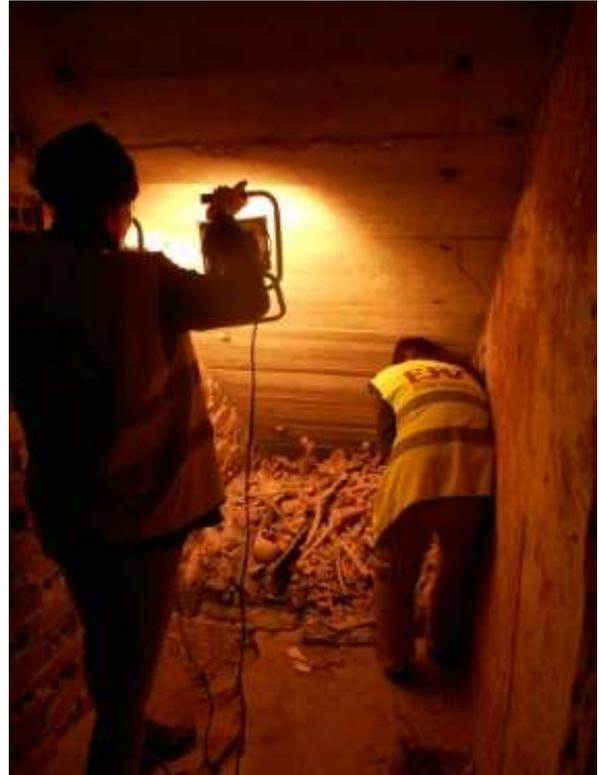


Figura 11 – Trabalhos de exumação do material osteológico.



Figura 12 – Vista geral do ossário e das caixas em madeira cobertas pelo mesmo.

A média da estimativa das estaturas para o sexo feminino é de 151,89 cm, atingindo um mínimo de 1145,38 cm e um valor máximo de 156,97 cm. No caso dos indivíduos do sexo masculino, os valores da estatura sobem sensivelmente 13 cm, a média estimada para estes é 165,84 cm, com um mínimo de 157,33 cm e uma estatura máxima de 170,70 cm.

Foram detectados diversos tipos de patologias, embora deva ser tido em conta que este estudo tem por base peças ósseas isoladas e não indivíduos completos, o que reduz significativamente a possibilidade de aferir diagnósticos diferenciais precisos.

A patologia degenerativa articular está presente em cerca de 15,85% da amostra, atingindo sobretudo as articulações dos joelhos e cotovelos e a coluna vertebral, apresentando, esta última, formas graves, sob a forma de osteoartrite com desenvolvimento de osteófitos nas vértebras, de nódulos de Schmorl e um caso de DISH. Verificaram-se vários exemplos de eburnação e de osteoartrite. Estas lesões devem-se normalmente aos processos degenerativos próprios do avançar da idade, mas também podem resultar de stresses mecânicos ou de lesões ocorridas durante a vida activa.

A patologia degenerativa não articular ou entesopatia afecta 13,05% do conjunto. No geral a sua severidade é ligeira, mas existem casos bastante expressivos, como por exemplo, na linea aspera de um fémur, na fossa solear de uma tibia e na inserção do tendão de Aquiles de um calcâneo. Estes casos em particular são característicos da existência de carga física repetitiva ou agressiva no quotidiano dos indivíduos ao qual pertencem. Em 3 peças ósseas (0,17%) foram detectadas patologias traumáticas. Estas ocorreram em dois metatársicos e em duas vértebras lombares, tendo ambas sucedido em vida e consolidado completamente.

A patologia infecciosa atinge 2,67% dos elementos, sendo mais incidente nos ossos longos dos membros inferiores. Verificaram-se casos que poderão corresponder a casos de sífilis e osteomielite, embora seja importante reforçar que alguns destes casos não são totalmente claros, sendo aqui apontados sobretudo com carácter identificativo. Será necessária uma análise mais minuciosa que se encara como fundamental para um diagnóstico diferencial assertivo.

A patologia metabólica e os indicadores de stresse foram identificados apenas em 6 fragmentos pertencentes a não adulto (0,34%) através de porosidades em fragmentos de um crânio, uma mandíbula e um úmero. Em primeira análise estes factores não são viáveis para diagnósticos exclusivos. No entanto, um indicador de stresse específico, cribra orbitalia, foi encontrado no tecto de uma órbita de não adulto. Esta lesão está associada, entre outros factores, à deficiência em ferro, característica da anemia.

As evidências de lesão neoplásica encontraram-se sob a forma de tumores benignos, osteomas: um no seio nasal esquerdo de um frontal e outro junto ao grande trocânter de um fémur direito

Outra conclusão importante diz respeito à patologia/anomalia congénita. Esta está presente em 2 esternos com o processo xifoide fundido, numa L5 com fusão incompleta dos processos posteriores, 2 sacralizações da L5 com a S1, uma completa e outra incompleta, em 2 sacralizações do cóccix, bem como na formação de espinha bifida incompleta num sacro. Verificam-se ainda dois casos de vértebras lombares com espondilólise, situação que ocorre quando a vértebra lombar se encontra fragilizada, devido a um defeito congénito ou adquirido.

De referir que neste conjunto foram registados alguns caracteres discretos que merecem ser mencionados, como a abertura septal nos úmeros, calcâneos com faceta contínua e faceta dupla, um crânio com sutura metópica, e outros menos comuns como a plaque, um crescimento em placa que cobre a fossa de Allen na margem antero-superior da cabeça do fémur, a presença de faceta sacral acessória na superfície auricular de um ilíaco esquerdo e de um sacro e ainda um caso de foramen supraescapular numa escápula esquerda.

Contam-se ainda 2 casos de osteocondrite dissecante, um distúrbio circulatório, manifestado na extremidade distal de uma tibia direita e no corpo de uma vértebra lombar. Há também a registar um caso de concha bullosa e consequente desvio do septo nasal num crânio. Finalmente contabilizaram-se dois 2 casos de hiperostose frontal interna ou síndrome de Morgagni, condição que corresponde a um espessamento da tábua interna do osso frontal e pode estar relacionada com distúrbios endócrinos. E por último,

No que respeita à análise odontológica, verificou-se uma percentagem média de desgaste dentário, presente em 35% dos maxilares, em 48,15% das mandíbulas e em 94,87% dos dentes soltos. Este é um indicador que revela a incorporação de alguns elementos abrasivos na dieta destes indivíduos.

A perda de dentes ante morte atinge 45% das peças e encontrava-se quer na dentição anterior, como na posterior, registando-se várias situações de reabsorção alveolar completa.

O tártaro abrangia 70% da dentição superior, 62,96% na dentição inferior, e 79,48% dos dentes soltos, não alcançando uma severidade elevada. Registaram-se 25 cáries, maioritariamente concentradas na dentição posterior, algumas com dimensões graves, embora a maioria fosse discreta.

Outras patologias como os quistos periapicais/abscessos estão presentes em 4 maxilares e em 6 mandíbulas. Foi detectado um caso de agénese dos dentes 32 e 42 de uma mandíbula e um caso de torus mandibular.

Finalmente, a existência de hipoplasias do esmalte dentário foi possível em 4 dentes anteriores mandibulares. Este resultado ténue, apenas timidamente permite conjecturar acerca de uma dieta relativamente adequada destes indivíduos em termos nutricionais.

É imprescindível referir que as conclusões aqui apresentadas são fruto do estudo efectuado em campo, carecendo do rigor que uma análise laboratorial cuidada permite. Esta é uma amostra de grande valor científico, que apresenta um excelente estado de preservação e que facultou numerosas informações relevantes, assumindo uma importância essencial para um conhecimento e caracterização da história funerária da época moderna em Lisboa.

4. Considerações finais

Como mencionado, a localização deste edifício, assim como a sua função religiosa original, levou a que se programasse um conjunto de trabalhos arqueológicos, tanto numa perspectiva de diagnóstico e avaliação do potencial científico e patrimonial desta área urbana, como considerando a possível detecção de eventuais vestígios arqueológicos que poderiam ser afectados por trabalhos decorrentes do desenvolvimento das referidas obras.

Estes trabalhos permitiram recolher um conjunto diverso de dados arqueológicos que possibilitam um olhar sobre a evolução desta área edificada, tanto ao nível da sua construção e evolução arquitectónica, como dos seus antecedentes, contribuindo para um melhor entendimento da evolução da baixa lisboeta.

Considerando a evolução histórica conhecida para esta área edificada, pode considerar-se que a traça geral de todo o quarteirão que engloba o antigo Tribunal da Boa Hora é de origem pombalina, correspondendo à reconstrução pós-terramoto do muito afectado Convento da Boa Hora e antigo Palácio dos Condes de Barbacena.

No piso 0, as sondagens e trabalhos de acompanhamento realizadas permitiram genericamente verificar que este edifício se encontra construído sobre o substrato geológico local, apresentando um subsolo muito afectado por obras decorridas em período contemporâneo, fruto do seu uso como tribunal.

Nesta área, tanto a reconstrução pombalina, como as mencionadas obras contemporâneas, terão destruído os vestígios de ocupações mais antigas, persistindo alguns elementos associados ao seu uso religioso, como exemplifica o material osteológico identificado, último eco da sua área de necrópole.

Nos pisos superiores, construídos sobre a encosta que permitia o acesso à zona alta, onde se instalava o antigo Convento de São Francisco, foi já possível verificar a presença de contextos mais antigos, associados a uma ocupação pré-terramoto desta área urbana. Entre estes destaca-se a área edificada identificada no logradouro Sul, que se pode associar à antiga Rua dos Cabides, uma artéria urbana de Lisboa pré-terramoto, que permitia a ligação desta zona alta ao actual Largo da Boa Hora, e ao antigo Palácio do Visconde de Barbacena.

Bibliografia

- ARAÚJO, N., (1993), *Peregrinações em Lisboa*, Livro XIII, Lisboa, Vega.
- BARBOSA, A.L. (2014), *Contributos para a definição de uma Metodologia do Projecto de Reabilitação em edifícios de valor patrimonial: Interpretação Arquitectónica e Construtiva de Edifícios. O caso de estudo do Convento de Nossa Senhora da Boa-Hora – Adaptação a Tribunal e a Escola*. Projecto de Especialização Formativa, Universidade de Lisboa, Instituto Superior Técnico (texto policopiado)
- CUNHA, E. (1994), *Paleobiologia das Populações Medievais Portuguesas: Os casos de Fão e S. João de Almedina*, Dissertação de doutoramento em Antropologia, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC. Coimbra, Universidade de Coimbra, policopiado.
- CUNHA, E. (1996), "Viajar no tempo através dos ossos: a investigação paleobiológica", *Al-Madan*, II Série, 5: 1–11.
- CRUBEZY, E. (1988), *Interactions entre facteurs bio-culturels, pathologie et caracteres discrets. Exemple d'une population medievale. Canac (Aveyron)*, These Docteur en Medicine. Faculte de Medecine, Universite de Montpellier I.
- DIRKMAAT, D. C.; CABO, L. L.; OUSLEY, S. D.; SYMES, S. A. (2008), "New perspectives in forensic anthropology", *Yearbook of Physical Anthropology*, Vol. 51:33-52.
- FEREMBACH, D.; SCHWIDETZKY, I.; STOUKAL, M. (1980), "Recommendations for age and sex diagnosis of skeletons", *Journal of Human Evolution*, 9(7):517-549
- Finnegan, M. (1978), "Non-metric variation of the infracranial skeleton", *Journal of Anatomy*, 125(1): 23 – 37.
- LOURENÇO, M. et alii, (no prelo), "Debaixo do vão de escada: o inusitado conjunto osteológico humano do extinto Tribunal da Boa Hora, Lisboa", *Actas do Encontro A Morte em Lisboa. Novos dados, novas problemáticas*, Comissão de Estudos Olisiponenses, Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- MENDONÇA, J. J. M. De, (1758), *História Universal dos Terramotos*, Lisboa.
- ORTNER, D. (2003), *Identification of pathological conditions in human skeletal remains*, 2ª ed., Amsterdam, Academic Press.
- SANTANA, F.; SUCENA, E., (dir.), (1994), *Dicionário da História de Lisboa*, 1.ª ed., Sacavém, Carlos Quintas & Associados – Consultores, 177-178.
- SIMÃO, I.; FURTADO, C.; Lourenço, M., (2016), *Escola da Baixa JI+EB1 / Projecto de Adaptação Parcial do Extinto Tribunal da Boa Hora, Largo da Boa Hora 15-17*, Lisboa. Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos, Era Arqueologia S.A.
- UBELAKER, D. (1989), *Human skeletal remains: excavation, analysis, interpretation*, Washington, Taraxacum Washington.
- WASTERLAIN, R. S. (2000), *Morphé: Análise das proporções entre os membros, dimorfismo sexual e estatura de uma amostra da colecção de esqueletos identificados do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra*, Dissertação de Mestrado em Evolução Humana, Coimbra: Departamento de Antropologia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, policopiado.]

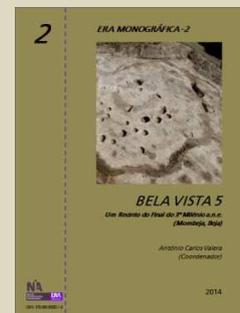
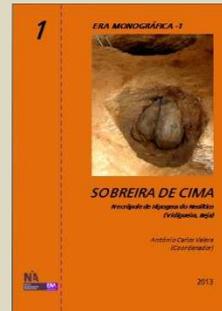
OUTRAS PUBLICAÇÕES DA ERA ARQUEOLOGIA

Série ERA Monográfica

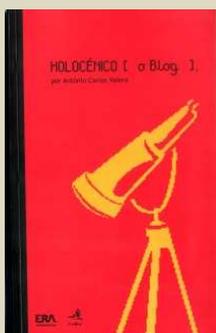
Dois volumes publicados

Série ERA Arqueologia

Oito volumes publicados entre 2000 e 2008



Livro de fotografias de Manuel Ribeiro
sobre os moinhos de água
de Alqueva



“Holocénico [o blog]” de António Valera

Textos sobre produção de conhecimento, património, arqueologia e o seu ensino e profissão.

ERA Arqueologia S.A.
Calçada de Santa Catarina, 9C
1495-705 Cruz Quebrada
- Dafundo

www.era-arqueologia.pt
geral@era-arqueologia.pt
nia@era-arqueologia.pt